

Relatório da Administração

Bento Gonçalves - RS, 13 de março de 2026.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, estamos submetendo à apreciação dos senhores as demonstrações financeiras da **Salton Empreendimentos S.A.** referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Relatório da Administração

Desempenho Comercial

Em 2025 a Administração da Companhia adotou uma postura conservadora em relação a venda de imóveis e índices construtivos que possui em estoque. Ainda assim, obteve um crescimento de 20,6% nas receitas de vendas.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º e da Resolução CVM nº 80/22 e suas alterações posteriores, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as informações financeiras da **Salton Empreendimentos S.A.** e com o relatório dos Auditores Independentes sobre estas demonstrações financeiras de 2025.

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/2022, a Diretoria informa que não foram contratados, junto à Planners Auditores Independentes, serviços não relacionados à auditoria externa no exercício de 2025.

Agradecimentos

Externamos nossos agradecimentos pela confiança depositada em nosso trabalho, em especial, aos nossos colaboradores, que não mediram esforços para realização dos objetivos propostos.

A Administração

Salton Empreendimentos S.A.
C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Em Reais)

ATIVO		31.12.25	31.12.24	PASSIVO		31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE		33.794.059	31.940.947	CIRCULANTE		4.355.664	3.051.867
	Nota				Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	5	592.429	1.384.493	Obrigações Tributárias	11	895.359	274.492
Contas a receber	6	7.561.739	4.079.632	Comissões		1.075.131	201.404
Impostos Recuperáveis		20.100	20.100	Dividendos a pagar	12	1.580	117.439
Estoques de imóveis a comercializar	7	25.492.791	26.294.476	Partes relacionadas	10	2.383.594	2.458.532
Despesas Antecip a Apropriar	8	127.000	120.780				
Partes Relacionadas	10	-	41.466				
NÃO CIRCULANTE		35.230.169	44.923.973	NÃO CIRCULANTE		10.490.436	12.672.641
				Partes relacionadas	10	7.243.243	8.938.748
				Obrigações Tributárias	11	3.247.193	3.733.893
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.230.169	44.923.973	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	54.178.128	61.140.412
Despesas Antecip a Apropriar	8	2.166.264	2.294.820	Capital Social		17.666.084	17.666.084
Outros créditos	9	33.063.905	42.629.153	Reserva legal		849.924	849.924
				Reserva para Aumento de Capital		(599.842)	-
				Retenção de Lucros		9.872.690	9.872.690
TOTAL DO ATIVO		69.024.228	76.864.920	Ajuste de Avaliação Patrimonial		26.389.272	32.751.714
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.024.228	76.864.920

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	31.12.25	31.12.24
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	8.925.097	7.405.144
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS		(1.692.195)	(1.399.790)
LUCRO BRUTO		7.232.902	6.005.354
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas	15	(117.287)	(541.905)
Vendas	16	(6.288.389)	(1.934.243)
Tributárias		(30.718)	(29.733)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(1.196.219)	(3.003.795)
RESULTADO OPERACIONAL		(399.711)	495.678
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		115.755	176.402
Receitas Financeiras		161.325	229.822
Despesas Financeiras		(45.570)	(53.420)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		(283.956)	672.080
Provisão para Imposto de Renda	13	(198.478)	(210.668)
Provisão para Contribuição Social	13	(117.408)	(128.039)
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		(599.842)	333.373
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,03)	0,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	<u>31.12.25</u>	<u>31.12.24</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(599.842)	333.373
Outros resultados abrangentes		
Alienação de Direito de Construir	6.362.442	3.149.050
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	<u>5.762.600</u>	<u>3.482.423</u>
	=====	=====

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais)

DESCRIÇÃO	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Reservas de Lucros		Total do Patrimônio Líquido
		Custo Atribuído	Direito de Construir	Reserva Legal	Retenção de Lucros	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	17.666.084	3.564.133	32.336.631	833.255	9.650.997	64.051.100
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-
Baixa por realização de Direito de construir	-	-	(3.149.050)	-	-	(3.149.050)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	333.373	333.373
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO						
Reserva Legal	-	-	-	16.669	(16.669)	-
Dividendos propostos (nota 12)	-	-	-	-	(95.011)	(95.011)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	17.666.084	3.564.133	29.187.581	849.924	9.872.690	61.140.412
Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-
Baixa por realização de Direito de construir	-	-	(6.362.442)	-	-	(6.362.442)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(599.842)	(599.842)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	17.666.084	3.564.133	22.825.139	849.924	9.272.848	54.178.128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salton Empreendimentos S.A.
C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023
(Em Reais)

	31.12.25	31.12.24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo /(Lucro) líquido do exercício	(599.842)	333.373
	8.015.056	(646.284)
(Aumento) / Redução em ativos operacionais		
Contas a receber	(3.482.107)	(3.333.190)
Estoques de imóveis	801.685	1.399.791
Outros ativos	-	-
Direitos realizáveis	9.687.584	1.360.220
Aumento / (Redução) em passivos operacionais		
Impostos e Contribuições	134.167	(274.509)
Comissões	873.727	201.404
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	7.415.214	(312.911)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Venda líquida de direito de construir	(6.362.442)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.362.442)	-
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos no exercício	(115.859)	(25.692)
Transações com partes relacionadas	(1.728.977)	(612.376)
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades de financiamento	(1.844.836)	(638.068)
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(792.064)	(950.979)
Movimentação de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(792.064)	(950.979)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.384.493	2.335.472
Caixa e equivalente de caixa no término do exercício	592.429	1.384.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

1. Contexto operacional

(a) Informações gerais

A Salton Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 2018 com sede e foro na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mário Salton, 300, Distrito de Tuiuty, CEP: 95710-000 e tem como objeto social:

- Atividades imobiliárias com compra e venda de imóveis próprios e a comercialização do Direito de Construir.
- A Companhia possui suas operações com imóveis concentradas em sua sede, em Bento Gonçalves, RS.

2. Base de preparação

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações financeiras de 2025 e de 2024.

a) Base de apresentação e declaração da Administração:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor em 31 de dezembro de 2025, considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2026.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência mensal.

As receitas de vendas de imóveis e de direito de construir são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 – Contrato com clientes.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para liquidação de créditos, provisão para ajuste a valor de mercado de ativos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de suas determinações. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c. Contas a receber

Os direitos relativos a contas a receber são registrados pelos valores contratuais e líquidos de possíveis perdas com inadimplência. Nesses ativos não se verificou, em 31 de dezembro de 2025, a necessidade de aplicação do cálculo a valor presente.

d. Estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis para venda são registrados ao custo de aquisição, acrescidos das despesas para manutenção e eventuais provisões para ajuste de realização. A Companhia considera que o valor de custo acrescido de despesas para manter o ativo em condições de venda é similar ao valor justo aplicável aos ativos.

A Administração da Companhia avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações financeiras.

e. Ativo circulante e não circulante

Ativos circulantes são aqueles cuja expectativa de realização não seja maior do que 12 meses após a data do balanço.

f. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo financeiro e não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g. Passivo circulante e não circulante

Passivos circulantes são aqueles cuja expectativa de desembolso não seja maior do que 12 meses após a data do balanço. São demonstrados por valores conhecidos, calculáveis e com certeza de obrigação. Nesses valores não se verificou a necessidade do cálculo de ajuste a valor presente.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no regime presumido, com base de presunção em 8% e alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240 mil para o IRPJ e com base de presunção de 12% e alíquota de 9% sobre a base tributável para a CSLL.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía processos e discussões em curso, as quais necessitassem serem divulgadas.

h. Investimentos

Os investimentos em participação societária, quando aplicável, são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição e atualizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em cotas de participação de empreendimentos, quando aplicável, são contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos ou reduzidos dos resultados obtidos pelas atividades do empreendimento.

A Administração da Companhia avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes em suas demonstrações financeiras.

i. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como " Dividendos Adicionais propostos", mas somente são provisionados após a aprovação em assembleia geral.

Salton Empreendimentos S.A.
C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

4. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis dos contratos de venda e em títulos de investimento, quando aplicável.

A gestão dos riscos é sustentada na avaliação dos potenciais compradores de imóveis e de créditos de direito de construir. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco operacional

Com o objetivo de implementar controles e gerar resultados, a Companhia, baseada em indicadores de desempenho define as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregado à desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia maximize os resultados pretendidos.

Salton Empreendimentos S.A.
C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	21.749	16.496
Aplicações financeiras	570.680	1.367.997
	592.429	1.384.493
	-	-

Os depósitos bancários são realizados em instituições de primeira linha, considerados pela Administração da Companhia, suficientes para cumprimento de obrigações de curto prazo.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

6. Contas a receber

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativo Circulante</u>			
Contas a receber de venda de imóveis	(i)	1.120.000	640.000
Contas a receber de venda de direito de construir	(ii)	6.441.739	3.439.632
		<u>7.561.739</u>	<u>4.079.632</u>

(i) Refere-se a venda de apartamento e box no empreendimento Piazza Salton.

(ii) Refere-se a venda de Direito de Construir a ser recebida durante o ano de 2026. A Administração entende que, possíveis perdas com créditos de direito de construir e de venda de imóveis, não tem efeitos significativos no patrimônio líquido da Companhia.

7 - Estoques de imóveis a comercializar

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terreno	(i)	7.433.688	6.543.178
Imóveis próprios para venda		18.059.103	19.751.298
		<u>25.492.791</u>	<u>26.294.476</u>

(i) Refere-se ao Terreno Santa Lucia, situado na região do Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves - RS, recebido via Cisão parcial de bens da Vinícola Salton S.A., em exercícios anteriores.

A Administração da Companhia avaliou não ser necessário provisão ao valor recuperável de seus imóveis a comercializar nos exercícios de 2025 e de 2024.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

8. Despesas antec. A apropriar

	2025	2024
<u>Ativo Circulante</u>		
Adiantamento para gastos com ativos alugados (i)	127.000	120.780
	<u>127.000</u>	<u>120.780</u>
	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

9. Outros créditos

	2025	2024
<u>Ativo não circulante</u>		
Direito de Construir	25.424.291	29.187.580
Atualização Direito de Construir	18.478.390	23.895.946
Provisão p/Imperment	(10.838.776)	(10.454.373)
	<u>33.063.905</u>	<u>42.629.153</u>

Ao montante do Direito de Construir cedido pela prefeitura, fica estabelecido que a correção monetária será realizada por indexador IGP-M, entre a data da emissão do título em valor monetário e a data da venda.

Em 2025, a Administração da Companhia reconheceu uma atualização por IGP-M, no montante de R\$ 1.271.627 (R\$ 3.194.641 em 2024), com contrapartida em receitas de atualização de direito de construir no resultado do exercício. Adicionalmente, optou por reconhecer, em rubrica de outras despesas operacionais, a reversão desta atualização, em virtude de conduzir estudos sobre a realização dos atuais saldos do crédito, em detrimento ao aumento expressivo do IGP-M nos últimos períodos.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

10. Partes relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Salton Varejo e Turismo S.A.	-	41.466
	<u>-</u>	<u>41.466</u>
	-	-
<u>Passivo circulante</u>		
Vinícola Salton S.A.	2.383.594	2.458.532
	<u>2.383.594</u>	<u>2.458.532</u>
	-	-
<u>Passivo não circulante</u>		
Vinícola Salton S.A.	7.243.243	8.938.748
	<u>7.243.243</u>	<u>8.938.748</u>
	-	-

As operações com partes relacionadas possuem prazos e condições identificáveis de liquidação e referem-se, principalmente, à divisão de parcela das despesas de reorganização societária, inicialmente arcadas pela Vinícola. A Administração reclassificou os saldos com partes relacionadas para o ativo de longo prazo, em decorrência da expectativa de realização dos saldos em período superior a 12 meses.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

11. Obrigações tributárias e Impostos Diferidos

(a) Obrigações tributárias

	2025	2024
<u>Circulante:</u>		
Imposto de renda	236.751	55.597
Imóveis	13.440	7.680
Direito de construir	223.311	47.917
Contribuição social	153.866	54.127
Imóveis	12.096	6.912
Direito de construir	141.770	47.215
PIS	89.885	29.342
Imóveis	7.280	4.160
Direito de construir	82.605	25.182
COFINS	414.857	135.426
Imóveis	33.600	19.200
Direito de construir	381.257	116.226
	895.359	274.492
	-	-
<u>Não Circulante:</u>		
Imposto de renda	1.771.807	1.917.901
Imóveis	1.361.161	1.361.161
Direito de construir	410.646	556.740
Contribuição social	715.007	792.779
Imóveis	490.018	490.018
Direito de construir	224.989	302.761
PIS	135.410	182.216
Direito de construir	135.410	182.216
COFINS	624.969	840.997
Direito de construir	624.969	840.997

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

12. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 2025, o capital social da Companhia está representado por 17.666.084 (Dezessete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e oitenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 17.666.084 (Dezessete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e oitenta e quatro Reais).

Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento dos dividendos ocorre após a aprovação em assembleia e em conformidade com o fluxo aprovado pelos acionistas e conselho de administração de modo que a mesma não venha a comprometer objetivos de liquidez da Companhia diante do fato relevante junto ao ministério de trabalho e ministério público do trabalho.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

13. Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Base de receitas brutas tributáveis:	9.274.629	7.685.671
Receita de aluguel	140.560	138.780
Receita de imóveis vendidos	1.500.000	1.203.200
Receita de venda de direito de construir	6.362.442	3.149.050
Receita com atualização de direito de construir	1.271.627	3.194.641
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		
<u>Base tributável por 8% de Presunção - IRPJ</u>	730.726	603.751
IRPJ - 15%	(113.227)	(91.967)
IRPJ - alíquota adicional de 10%	(59.412)	(41.148)
IRPJ- Outras Receitas	(19.092)	(70.892)
Total	(191.731)	(204.007)
<u>Base tributável por 32% de Presunção - IRPJ</u>	44.979	44.410
IRPJ - 15%	(6.747)	(6.661)
IRPJ - alíquota adicional de 10%	-	-
IRPJ- Outras Receitas	-	-
Total	(6.747)	(6.661)
Total de IRPJ	(198.478)	(210.668)
Alíquota efetiva	21,01%	27,54%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido		
<u>Base tributável por 12% de Presunção - CSLL</u>	1.096.088	905.627
CSLL - 9%	(101.905)	(81.506)
CSLL 9% - Outras Receitas	(11.455)	(42.535)
Total	(113.360)	(124.041)
<u>Base tributável por 32% de Presunção - CSLL</u>	44.979	44.410
CSLL - 9%	(4.048)	(3.997)
Total	(4.048)	(3.998)
Total de CSLL	(117.408)	(128.039)
Alíquota efetiva	6,61%	9,23%

Para os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro presumido, recolhimento por regime de caixa.

Salton Empreendimentos S.A.

C.N.P.J 32.008.843/0001-20

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando mencionado o contrário)

14. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de imóveis vendidos	1.500.000	1.203.200
Receita de venda de direito de construir	6.362.442	3.149.050
Receita com atualização de direito de construir (i)	1.271.627	3.194.641
Receita Intercompany - Aluguel	140.560	138.780
(-) PIS e COFINS sobre receitas de vendas/Aluguel	(349.532)	(280.527)
	8.925.097	7.405.144

(i) Atualização do Direito de Construir, prevista em lei municipal.

15. Despesas administrativas

	2025	2024
INSS e FGTS	-	(44.420)
Pró-labores	-	(222.100)
Despesas com condomínios	(85.794)	(80.773)
Serviços profissionais	(19.245)	(126.104)
Outras	(12.248)	(68.508)
	(117.287)	(541.905)

16. Despesas com vendas

	2025	2024
Abatimento comercial em imóveis recebidos (Nota 7)	(4.897.650)	(1.592.645)
Comissões de vendas	(1.249.729)	(201.404)
Outras despesas comerciais	(141.010)	(140.194)
	(6.288.389)	(1.934.243)

17. Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Reversão de atualização de direito de construir	(1.196.219)	(3.003.795)
	(1.196.219)	(3.003.795)

A Administração da Companhia optou por reconhecer como outras despesas operacionais, a reversão da atualização do Direito de Construir do ano de 2025, em virtude de conduzir estudos de realização dos atuais saldos do crédito, em detrimento ao aumento expressivo do IGP-M nos últimos períodos.

18. Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A Reforma introduz um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com o objetivo de simplificar e unificar a tributação indireta. Nesse modelo, tributos atuais como PIS, COFINS, ICMS e ISS serão gradualmente substituídos por: i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; e ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional.

Foi ainda criado o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Ao longo de 2025, houve avanço relevante na regulamentação da Reforma, com a edição da Lei Complementar nº 214/2025, que estabeleceu os principais critérios de apuração, governança e funcionamento da CBS, do IBS e do IS. Novas normas complementares continuam sendo editadas para detalhar procedimentos administrativos e regras de transição.

A Reforma prevê um período de transição prolongado, com coexistência dos sistemas antigo e novo, início da implementação gradual em 2026 e adoção integral prevista até 2033. Diante da implementação faseada e da regulamentação ainda em andamento, os impactos definitivos da Reforma permanecem sujeitos a evoluções futuras. Dessa forma, não houve reconhecimento de impactos relevantes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras da Salton Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025.

19. IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 – Presentation of Financial Statements (CPC 26 (R1) no Brasil).

A nova norma estabelece requisitos revisados para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com o objetivo de melhorar a comparabilidade e a transparência das informações apresentadas pelas entidades.

Embora a IFRS 18/CPC 51 não altere o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas ou despesas, espera-se que tenha impacto significativo sobre a apresentação das demonstrações financeiras primárias e sobre as divulgações relacionadas. A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está trabalhando para entender o impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.

20. Eventos subsequentes

Até a emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não apresentou eventos significativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DANIEL SALTON
Presidente

DELMAR SALTON JÚNIOR
Vice-Presidente

ANGELO SALTON
Conselheiro

ANTONIO AGOSTINHO SALTON
Conselheiro

MARCELO SALTON
Conselheiro

MARIA AURORA GERALDES DE LIMA
Conselheira

RODRIGO SALTON ROTUNNO SAYDELLES
Conselheiro

DIRETORIA

MAURICIO SALTON
Dir. Presidente

MARCELO CAVALET LUCCHESI
Dir. Administrativo e Financeiro

LUCIANA LIMA VEZZI SALTON
Dir. Executiva

CLEBER JUNIOR SLAIFER
Dir. Comercial

MARCOS PAULO FLAMIA
Dir. Industrial e de Operações

GREGORIO BIRCKE SALTON
Dir. Técnico

VÂNIA LÚCIA OSELAME CARRARO
Contadora
CRC RS-087272/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Salton Empreendimentos S.A.
Bento Gonçalves – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salton Empreendimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salton Empreendimentos S.A., em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases:

Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assuntos:

Transações com partes relacionadas

A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Companhia, caso fossem realizadas com outras partes.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 18 de março de 2025, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”, o qual deve ser disponibilizado após a emissão deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler estas outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2026.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N.º 2SP 14.712/O-2



Heitor Piovan

Contador CRC 1SP 331.721/O-6